

FALCÃO, Armando. *Geisel: do tenente ao presidente*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.

## GEISEL: O SENHOR FECHADO DA ABERTURA<sup>1</sup>

Adriano Nervo Codato  
Universidade Federal do Paraná

Quando Armando Falcão publicou parte de suas lembranças sob o título *Tudo a declarar* (FALCÃO, 1989), numa auto-paródia um tanto sem graça da famosa frase com a qual ficou conhecido de jornalistas políticos e de seus leitores à época da ditadura militar (1964-1985), onde encerrava qualquer entrevista antes de começá-la afirmando peremptório: “Nada a declarar”, o colunista da *Folha de S. Paulo* Jânio de Freitas, na curta resenha-comentário que fez do livro, emendou: “também, nada a acreditar”... O texto do ex-Ministro da Justiça dos governos Geisel e Kubitschek parecia tão mal emendado e as explicações que finalmente oferecia ao público tão pouco críveis que seu trabalho foi recebido mais como uma desculpa atrasada pelas polêmicas decisões de que participou ou protagonizou, num tom quase sempre auto-indulgente, às vezes professoral, do que como um testemunho refletido da política nacional. Nada mais diferente, portanto, das memórias de Roberto Campos (1994) ou de Hugo Abreu (1979), ainda que as duas apresentem uma utilidade distinta para os pesquisadores do período.

Nos quinze capítulos que compõem o presente livro — no caso, uma biografia política de Ernesto Geisel intitulada *Geisel: do tenente ao presidente*, publicada em dezembro de 1995 (Ed. Nova Fronteira), com os principais eventos dispostos em ordem cronológica, acrescida de uma curta entrevista com o ex-Presidente (“Diálogo frontal”, pp. 227-235) e de um texto de Mário Henrique Simonsen, composto especialmente para a ocasião a pedido do autor (“Geisel e a estatização”, pp. 221-225) —, quais os acréscimos em relação ao estilo narrativo de Armando Falcão? Qual a imagem projetada do mais destacado general-presidente do regime ditatorial brasileiro? E, do nosso ponto de vista, mais importante: que informações (ou versões) efetivamente novas para a compreensão dos principais acontecimentos políticos do pós-64 o texto apresenta?

Quando a leitura supera as (muitas e freqüentes) passagens *abertamente elogiosas* — “Geisel [...] muito cedo ainda ia confirmando, por onde passava, as qualidades com que nascera: inteligência fora dos padrões comuns; profundo apego aos livros; permanente sede de saber; espírito agudo e penetrante; modéstia exemplar; devoção ao dever; compenetração pessoal e amor à responsabilidade” (p. 50) —, *surpreendentes* — “Por índole, por tendência natural e por formação moral, seria sempre assim: o antipostulante por excelência, alguém que chegaria à suprema chefia de seu país sem jamais pedir nada para si mesmo, numa atitude de nobreza desinteressada, pura e exemplar” (pp. 47-48; v. também p. 161) — ou *óbvias* — “O Colégio Elementar de Bento Gonçalves foi muito importante para Geisel, como ponto de partida da aquisição de conhecimentos gerais básicos, que seriam úteis ao jovem estudante durante todo o resto de sua vida” (p. 28) —, pode-se perceber que a estampa de um estadista, construída após sua passagem pela Presidência (1974-1979), teve uma longa e intensa preparação. O “soldado austero”, o tecnocrata militar revelou-se um político de vocação, ainda que nem sempre atuasse no primeiro plano da cena política. É interessante lembrar que Geisel foi tenente em 30, combateu os paulistas em 32, ajudou a sufocar o levante comunista em 35, participou da operação militar que depôs Vargas em 45, resistiu à posse de Juscelino em 55, apoiou Jânio Quadros em 60, opôs-se à investidura de Goulart, mas também articulou a saída parlamentarista junto às Forças Armadas na crise de agosto-setembro de 61, e foi revolucionário destacado em 64. Descontado o período dos governos militares, onde sua influência foi evidente, soube-se através de uma fonte privilegiada que Geisel também “participou de todas as articulações que levaram Tancredo Neves ao poder” em 85<sup>2</sup>.

Oriundo das camadas médias (seu pai, imigrante alemão, fora pequeno agricultor, professor e, mais tarde,

<sup>1</sup> Tomo este título emprestado do *Jornal do Brasil* de 15/03/1979.

<sup>2</sup> Conforme declaração do ex-Presidente José Sarney à *Folha de S. Paulo*, 13/09/1996, p. 1-4.

escrivão de um cartório e juiz de paz em Estrela e Bento Gonçalves (RS), onde Ernesto nasceu em 1907), de formação luterana, seguiu, juntamente com seus dois irmãos mais velhos, Henrique e Orlando, a carreira militar, tendo feito o ginásio no Colégio Militar de Porto Alegre entre 1921 e 1924, mesma escola freqüentada aliás por Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici e João Figueiredo. Matriculou-se depois na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. No início de 1928, Geisel, aspirante-a-oficial, juntou-se ao 1º Regimento de Artilharia Montada na Vila Militar do Rio de Janeiro, dividindo então uma casa alugada com seu colega de Escola Militar Agildo Barata (cf. p. 48). Em abril de 1929 foi transferido para o 4º Grupo de Artilharia a Cavalos, em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, e em agosto de 1930 promovido a primeiro-tenente. Assim, durante a movimentada década de vinte, o cadete Ernesto Geisel experimentou o ambiente político radicalizado das escolas militares e, naturalmente, junto com seus irmãos “integrou-se no grupo de jovens idealistas que tinham por meta reformar o Brasil” (p. 53). Empolgou-se com a Coluna Prestes e com o movimento tenentista (cf. p. 164), conspirou com Juracy Magalhães, Jurandir Mamede e com o próprio Agildo Barata contra “os velhos vícios que maculavam a política e a administração” (Geisel *apud* FALCÃO, 1995: 228), conhecendo, através do primeiro, Juarez Távora que, segundo o autor, firmou no espírito do jovem tenente “sua consciência revolucionária” (p. 54).

Tendo participado ativamente das movimentações militares de outubro-novembro de 1930, recebeu “dos companheiros de horas decisivas” (p. 61), Juracy Magalhães e Juarez Távora, a missão de comandar uma unidade de artilharia em João Pessoa. Logo depois, Juarez interveio junto a Geisel para que assumisse os cargos de diretor-geral do Departamento de Segurança Pública e, interinamente, o de secretário-geral do estado do Rio Grande do Norte em 1931. Indispondo-se com o Interventor Federal, ficou nas funções durante apenas três meses. De volta à Paraíba, em dezembro assumiu o posto de membro do Conselho Consultivo do estado (sendo mais tarde seu presidente a partir de 1932) até o início de 1935, cargo que acumulou com o de Secretário da Fazenda, Produção e Obras Públicas numa nomeação que valeu ao Interventor a hostilidade das lideranças políticas locais capitaneadas por José Américo de Almeida, Ministro da Viação e Obras Públicas de Getúlio. Reintegrado à vida militar, Geisel voltou ao Rio em 1935 sendo promovido em setembro a capitão e a major em maio de 1943 após concluir o curso da Escola de Estado-Maior do Exército. As informações sobre suas atividades durante o Estado Novo (1937-1945) são bastante escassas. Só ficamos sabendo que em 1938 “o Ministro da Guerra [gal. Eurico Gaspar Dutra] designou-o para servir na Escola Militar do Realengo, como comandante da Bateria de Artilharia, acumulando depois a função com a de Instrutor de Artilharia” (p. 96). Embora Armando Falcão não registre, temos notícia de que em 1944 o major Geisel freqüentou o Army Command and General Staff College em Fort Leavenworth, Kansas, EUA, tendo “o tipo de experiência americana padrão dos castelistas” (SKIDMORE, 1988: 316). Em dezembro de 1945 foi nomeado adjunto da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional do governo conservador de Dutra e em 1947 adido militar do Brasil no Uruguai. Aqui, infelizmente, também nenhuma palavra do autor sobre a passagem de Geisel pela Escola Superior de Guerra, outro *think tank* castelista. Entre 1955 e 1956, já promovido a coronel, foi superintendente da Refinaria Presidente Bernardes da Petrobrás em Cubatão. Em 1957-1958, membro do Conselho Nacional do Petróleo. Em março de 1961, lotado no Gabinete do Ministro da Guerra, foi promovido a general de Brigada e logo depois assumiu o Comando Militar de Brasília, vivendo de perto a crise da renúncia de Jânio. (Segundo Armando Falcão, foi Geisel quem comunicou aos ministros militares a decisão do ex-Presidente de demitir-se (cf. p. 118)). Essa passagem exige um pouco mais de detalhe. Quando assumiu interinamente a Presidência, Ranieri Mazzili nomeou Geisel para a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República e para a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, cargos que acumulou com o Comando Militar do Planalto e da 11ª Região Militar. O general Geisel encontrava-se assim, em plena crise de Estado, em pontos estratégicos que ampliaram sua influência sobre os desdobramentos da conjuntura política.

Tudo somado, vê-se que “Geisel, em que pesem as aparências em contrário [*quais?*], era um homem político. Gosta[va] de política. Joga[va] com prazer o jogo político, absorvia-se sem medir o tempo em assuntos políticos” (p. 185). É impossível não reconhecer essa evidência. Embora o Ministro Falcão tenha se demorado mais de cento e oitenta páginas para aceitar esta conclusão, comemorando, ao invés, o comportamento “retraído e discreto” (p. 161) do general e enfatizando a vocação do militar profissional contra a do “político militante” (p. 120), o quarto Presidente do regime ditatorial quando assumiu tinha atrás de si uma impressionante carreira fora da caserna. Mas daí a sustentar, como faz o autor, que “ser um dia Presidente da República estivesse no destino manifesto de Ernesto Geisel” (p. 161) é, além de uma reverência exagerada, um exercício inútil de adivinhação do passado.

A acreditar em Falcão, Geisel teria sido “um dos principais conselheiros de Castello — senão o principal”

(p. 141), tendo exercido esta função na qualidade de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República entre 1964 e 1967. Por isso, na sucessão de Castello Branco, Geisel — então promovido a general de Divisão e a general de Exército — ficou relativamente marginalizado dos círculos decisórios palacianos, tendo exercido então pouca influência sobre os governos dos Presidentes Costa e Silva e Médici. Este período coincidiu com sua passagem pelo Superior Tribunal Militar (de 20/03/1967 a 27/10/1969), onde teve uma atuação severa, principalmente no exame dos processos dos militantes estudantis, e pela presidência da Petrobrás (de 14/11/1969 a 12/06/1973).

Como a Revolução de 1964 livrou o Brasil, na opinião de Armando Falcão, da “ponte fácil entre a demagogia e o poder” que o voto direto para a Presidência da República trazia consigo, foi possível fazer de Geisel candidato (seu nome já fora “cogitado” no impedimento de Costa e Silva) à sucessão de Médici<sup>3</sup> e elegê-lo, através do Colégio Eleitoral, em janeiro de 1974. No entanto, supor que a candidatura de Geisel tivesse nascido “pouco a pouco, sem ninguém forçar nada, lenta e naturalmente” (p. 165) e que, no interior de um governo de maioria anticastelista, o nome de um oficial ligado intimamente ao primeiro general-Presidente houvesse germinado “por geração espontânea, fluindo e prosperando tranqüilamente do centro de decisão revolucionária” sem quaisquer “manobras pré-concebidas ou esquemas de grupos e facções, [...] sem provocar impugnações, restrições ou protestos de espécie alguma” é exigir demais do leitor<sup>4</sup>. Mesmo quem não é especialista em questões militares nota a contradição entre esta versão, digamos otimista, sobre a substituição de uma clique por outra no poder do Estado e as duras pressões políticas sofridas pelo novo Presidente logo imediatamente na formação do seu ministério. Na entrevista incluída neste volume, Geisel reporta seus desentendimentos com Orlando em torno da posição — afinal frustrada — que um grupo de dezoito generais da ativa teria assumido em favor da permanência do segundo à frente do Ministério do Exército (cf. p. 235)<sup>5</sup>.

Justamente uma das poucas passagens do livro que apresenta alguma importância é a que relata a fase de preparativos para a organização da gestão de Geisel como Presidente. Aí, Falcão incluiu uma lista ordenada cronologicamente, elaborada pelo Secretário Particular de Geisel, Heitor Ferreira de Aquino, dos convites feitos aos ministros para compor o novo governo. É no mínimo curioso saber que, antes mesmo de referendado pelo Colégio Eleitoral, Geisel escolheu o Gal. João Baptista Figueiredo para chefiar o SNI, além de indicar já em dezembro de 1973 o Presidente da Petrobrás, e que o Ministro da Fazenda foi convidado antes mesmo de todos os outros ministros militares. Outro ponto digno de nota é o capítulo “Geisel, organização e método”, onde o autor reproduz informações curiosas sobre a rotina da Presidência da República, organizadas pelo tenente-coronel Fernando Serpa, primeiro ajudante de ordens. Os quadros de atividades abrangem desde o número de despachos do Presidente com cada ministro, até a frequência de reuniões dos conselhos de governo ao longo dos cinco anos do mandato; do tempo de permanência fora de Brasília nas viagens aos estados e ao exterior, até o número de audiências concedidas a empresários, trabalhadores, “membros do clero” e “autoridades militares” em Palácio etc. (cf. pp. 251-258). Assim, o Presidente concedeu, ao todo, 139 audiências reservadas a empresários contra somente 59 a representantes das “classes trabalhadoras”. O contato direto com emissários da Igreja foi, segundo essas informações, quatro vezes menor que os encontros com oficiais (32 contra 128). Sozinhos, esses números dizem pouco ou nada. São exatamente assim que eles são apresentados no livro. Servem somente para provar que “o esforço pessoal do chefe supremo [...] alcançava sempre bom

<sup>3</sup> Na verdade, conforme reporta João Roberto Martins Filho, o resultado da consulta eleitoral junto à alta cúpula do Exército na crise sucessória de 1969 consagrou a vitória de Médici em dez das onze “seções eleitorais” nas quais foram divididas as Forças Armadas. No Departamento Geral de Pessoal, única exceção, Ernesto Geisel encabeçou a lista (cf. MARTINS Filho, 1995: 187).

<sup>4</sup> Em tom arrogante, Armando Falcão pede que se “anote um fato de suma significação: a sucessão de Médici por Geisel, ao contrário do que está inserto no contexto da tradição republicana, se operava com tranqüilidade geral plena, em paz e em ordem, sem a mais leve perturbação em setor algum da vida brasileira” (p. 167). Mas como poderia ser diferente em plena vigência do AI-5?

<sup>5</sup> É bom que se diga que “os governos militares, no Brasil, sempre foram de *composição*: nenhum grupo governou absoluto, mas sempre com representação dos demais grupos. Não houve alternância dos grupos no poder: houve alternância dos grupos dominantes”. Durante o governo Geisel, “não se tratou de uma substituição de um governo de ‘duros’ por outro de ‘moderados’ [...], mas da substituição de um governo com *predominância* dos ‘duros’ por outro com *predominância* dos ‘moderados’” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1995: 31-32).

rendimento” (p. 249). Lateralmente, os dados em questão permitem notar que Geisel, contra algumas interpretações dominantes, deu uma importância significativa ao Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), tendo este último realizado, no total, 107 reuniões plenárias, substituindo, na prática, o outrora todo-poderoso Conselho Monetário Nacional como a instância máxima de deliberação da política estatal. Já o Conselho de Segurança Nacional, ao contrário do que se poderia esperar, só se reuniu duas vezes, contra 23 vezes do discreto Conselho de Desenvolvimento Social (cf. pp. 254-255).

É certo, porém, que o Conselho Econômico não era a única estrutura decisória importante do governo Geisel. Ao lado do arranjo formal, encimado pelo CDE, havia um círculo de “notáveis” que constituíam uma *clique* política importante encastelada no topo do aparelho do Estado. Embora nem sempre seja possível determinar com segurança suas funções específicas e seus papéis reais, é correto afirmar que eles exerciam influência sobre o próprio Presidente da República e, indiretamente, sobre o processo de tomada de decisões, principalmente políticas. Essa *entourage* palaciana era composta pelo Gal. Golbery do Couto e Silva (Ministro-Chefe do Gabinete Civil), por Heitor Aquino Ferreira, secretário particular, Humberto Barreto, amigo pessoal e assessor de imprensa, o assessor especial Cel. Gustavo de Moraes Rego, o Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento, Reis Velloso e os generais João Baptista Figueiredo (Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações) e Hugo Abreu (Ministro-Chefe do Gabinete Militar) (cf. STUMPF e PEREIRA Filho, 1979: 25-28). Os dados apresentados por Armando Falcão confirmam essa informação. Juntos, esses Ministros despacharam com o Presidente 2 192 vezes, mais da metade do número total de despachos (4 277) durante todo o governo (FALCÃO, 1995: 251)<sup>6</sup>.

No que diz respeito às questões centrais do governo Geisel — e que consistiram em pontos de inflexão decisivos da conjuntura política: o “Pacote de Abril” de 1977, a exoneração do Gal. Sylvio Frota, Ministro do Exército e, de maneira mais ampla, a decisão de promover uma distensão controlada do regime ditatorial — o livro é decepcionante. O Ato Complementar nº 102 (de 01/04/1977), que determinou o recesso do Legislativo, e abriu caminho para a assinatura do Ato Constitucional nº 8 e de seis decretos-lei, impondo o texto da reforma do Judiciário, além de alterações significativas na legislação eleitoral, só veio em função do “império das circunstâncias” (p. 189): a recusa sistemática do MDB em oferecer o *quorum* de dois terços para a reforma constitucional exigida pelo projeto do governo. Igualmente, o lance bem-sucedido no controle do aparelho repressivo que culminou no afastamento de Frota é explicado exclusivamente em termos administrativos: “o cargo [de Ministro do Exército] é provido pelo critério da livre escolha. É uma comissão. É de natureza política, no sentido superior do termo [*sic*]. [...] O seu ocupante é demissível *ad nutum*, sem que o chefe do Estado deva explicações a quem quer que seja. A iniciativa de Geisel, no caso, traduzia ato administrativo perfeito e acabado” (p. 243). Por último, o “aperfeiçoamento democrático” promovido por Geisel, na verdade apenas resgatou a intenção profunda presente na Revolução de 1964 que a “guerra subversiva” adiara (p. 265).

Provavelmente o que mais prejudique a objetividade do livro — daí seu desinteresse mais amplo para além do círculo de admiradores do ex-Presidente, ou do próprio ex-Ministro, ao lado de sua baixa relevância como fonte para consulta — nem seja o tom do relato, construído pelo biógrafo como um imenso verbete de enciclopédia, mas a parcialidade com que apresenta a figura (e os feitos) de Ernesto Geisel. Além de pouco instrutivo, a vontade de agradar, o fascínio constante com o governo do qual fez parte e a dificuldade para realizar qualquer análise, separando a intenção do ato e de seus efeitos, o projeto e a prática efetiva, tornam o texto em questão um exemplo típico demais da história oficial. O capítulo 10, “No destino manifesto de Geisel”, por exemplo, contém passagens inteiras (cf. pp. 180-181) que são, na verdade, cópia literal do discurso do Presidente na primeira reunião ministerial em 19/03/1974.

Deve-se assim sublinhar que a mudança de gênero literário não foi acompanhada da superação daqueles

<sup>6</sup> É interessante notar que, a exemplo de seu antecessor, Geisel transferiu definitivamente as atividades da Presidência da República do Rio de Janeiro para Brasília. Se, como se sabe, Castello e Costa e Silva ainda insistiam em utilizar o Palácio Laranjeiras (foi lá que teria sido assinado o AI-5, por exemplo), Geisel permaneceu na capital federal 1 175 dias, contra 332 dias nos outros estados todos (incluindo aí visitas oficiais). Ao Rio, viajou 61 vezes aí permanecendo ao todo 32 dias, número pouco maior que sua estada no exterior: 28 dias (cf. pp. 251-252 e 258).

defeitos que estavam presentes no trabalho anterior de Armando Falcão. Mais importante, permanece em aberto a tarefa de se escrever uma biografia documentada do general cujo traço principal foi ter sido, conforme alguém já disse, “um autoritário contra o autoritarismo”.

Adriano Nervo Codato (adriano@coruja.humanas.ufpr.br) é Mestre em Ciência Política (UNICAMP) e Professor Assistente de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABREU**, Hugo. (1979). *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

**CAMPOS**, Roberto. (1994). *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro, Topbooks.

**D'ARAÚJO**, Maria Celina, **SOARES**, Gláucio Ary Dillon e **CASTRO**, Celso. (1995). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

**FALCÃO**, Armando. (1989). *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

**MARTINS Filho**, João Roberto. (1995). *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos, EDUFSCar.

**SKIDMORE**, Thomas. (1985). *Brasil: de Castello a Tancredo — 1964/1985*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

**STUMPF**, André Gustavo e **PEREIRA Filho**, Merval. (1979). *A segunda guerra: sucessão de Geisel*. São Paulo, Brasiliense.

\* \* \*

